

---

# Políticas Públicas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Intencionalidades no Contexto Neoliberal

*Public Policies for Special Education from an Inclusive  
Perspective: Intentions in the Neoliberal Context*

**VANESSA DA ROCHA SILVA REIS** 

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

**EVA CRISTINA DO CARMO ARAÚJO** 

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

**TAINARA DA SILVA FERREIRA** 

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

**MARCIA TORRES NERI SOARES** 

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

**RESUMO:** A educação especial é um campo de estudos constituído e entremeado por discussões do reconhecimento da deficiência, e das concepções subjacentes, como centrais para a composição de diálogos no contexto acadêmico e sócio educacional brasileiro. Assim, o presente artigo objetiva discutir produções teóricas acerca de políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva à luz do neoliberalismo e de suas interferências em contextos de investigação educacionais. Para tanto, com base em pesquisa bibliográfica, parte de um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), realizado no período de 2020 a 2025, para embasar as discussões atreladas aos objetos de pesquisa das autoras, em um programa de pós-graduação stricto sensu, e sua inserção no contexto de análise de interferência neoliberal. É possível identificar relevantes contribuições, especialmente se consideradas as condições para/na inclusão de estudantes com deficiência no cenário educacional brasileiro. São evidentes as possibilidades de ampliação do estudo, bem como sua inserção no campo teórico e metodológico da educação especial.

**EDUCAÇÃO ESPECIAL. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO. NEOLIBERALISMO.**

---

**ABSTRACT:** Special education is a field of study constituted and interspersed with discussions on the recognition of disability and the underlying concepts, as central to the composition of dialogues in the Brazilian academic and socio-educational context. Thus, the present article aims to discuss theoretical productions on public policies for special education from an inclusive perspective in light of neoliberalism and its interference in educational research contexts. To this end, based on literature review, it begins with a survey of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), carried out in the last five years, to support discussions related to the authors', in a stricto sensu postgraduate program, research areas and their insertion into the context of analyzing neoliberal interference. Relevant contributions can be identified, especially when considering the conditions for and in the inclusion of students with disabilities in the Brazilian educational landscape. The possibilities for expanding this study are evident, as well as its insertion into the theoretical and methodological field of special education.

**SPECIAL EDUCATION. PUBLIC INCLUSION POLICIES. NEOLIBERALISM.**

## Introdução

Este artigo decorre da participação em um programa de pós-graduação stricto sensu e de suas contribuições à análise de objetos de estudo oriundos de pesquisas aplicadas. Como ponto de intersecção destaca-se a vinculação das autoras ao campo de estudos da educação especial e do interesse na área como atestam algumas de suas produções (Araújo & Soares, 2021; 2023; Ferreira & Soares, 2021). O modo como perspectivas teóricas iluminam e alargam estudos desenvolvidos, acerca da inclusão de estudantes com deficiência, oportuniza discutir produções teóricas sobre políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva à luz das contribuições sobre o neoliberalismo e suas interferências em contextos de investigação educacionais.

A educação especial é um campo de estudos constituído e entremeado por discussões sobre o reconhecimento da deficiência, e das concepções subjacentes, como centrais para a composição de diálogos no contexto acadêmico e sócio educacional brasileiro. Assim, muito embora seu público seja

reconhecido como o de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2025), a deficiência foi escolhida como representativa de suas necessidades e, por isso, alcança centralidade nas discussões pretendidas neste artigo.

Com base em pesquisa bibliográfica, parte de um levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no período de 2020 a 2025, embasando assim, as discussões atreladas aos objetos de pesquisa das autoras e sua inserção no contexto de análise de interferência neoliberal.

As discussões pretendidas se inserem no cenário do debate global acerca da educação especial e do neoliberalismo; desse modo, podem ser consideradas em outros contextos acadêmicos e/ou educacionais, tendo resguardadas as características de cada lócus investigativo.

Para fins de organização, seguido desta seção introdutória na qual se apresentam objetivo, abordagem e estrutura do artigo, discute na seção “Desenvolvimento: diálogos com a base teórica” as principais reflexões do estudo. Em seguida, descortina o levantamento realizado na BDTD e suas contribuições na seção intitulada “Adensando as

discussões à luz do levantamento na BDTD: principais resultados”. Com base nas discussões, apresenta-se a “Conclusão” do estudo na expectativa de ampliar e de indicar novas possibilidades em contextos de investigação educativos e sociais.

## **Desenvolvimento: diálogos com a base teórica**

Esta seção objetiva apresentar as principais contribuições teóricas do estudo. Numa primeira aproximação ao tema, é imprescindível reconhecer um processo histórico de exclusão de pessoas com deficiência, principalmente quando nos referimos ao acesso à educação (Jannuzzi, 2006; Ferreira & Guimarães, 2003). Mesmo após anos de lutas e de implementação de políticas públicas, voltadas para a educação especial, essas exclusões permanecem, sustentadas por um modelo neoliberal ainda dominante.

A educação especial constitui-se no campo das políticas públicas e, nesse sentido, tais políticas são engendradas sob inúmeras condições e lutas de poder empreendidas por diferentes segmentos sociais. Desse modo, este artigo preconiza as interferências neoliberais de intencionalidades diversas para a constituição das condições de inclusão escolar, de estudantes com deficiência, à luz das contribuições teóricas de Santos (2018), especificamente das analogias ao fenômeno da globalização.

Para fins de entendimento do objetivo desta seção, convém ratificar a educação especial como, no caso brasileiro, responsável por delimitar ações e estratégias voltadas à inclusão de estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação. Como explicitado na Introdução deste estudo, a exemplo do realizado em outras produções, temos utilizado a expressão “estudantes com deficiência” como representativa do público aludido, haja vista compartilharem, cotidianamente, um universo

histórico de exclusão (Figueira, 2008).

Desse modo, no tocante ao cenário global de interesses financeiros sobrepostos ao contexto educacional, identifica-se a influência de organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização para Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) para/na construção de políticas públicas voltadas para a educação especial na perspectiva inclusiva (Borges & Torres, 2020).

Além disso, originariamente, a educação especial se constituiu pela via das instituições especializadas. A perspectiva inclusiva se apresenta como resultado da materialização de tensões (Borges & Torres, 2020) e, portanto, anuncia um campo de lutas e de embates na organização da proposta no contexto educacional brasileiro.

Outro aspecto importante é o destaque ao arcabouço legal existente (Brasil, 1988; 1996; 2008; 2012; 2015; 2025), contudo, mesmo com o apoio dos movimentos sociais, dos especialistas e de familiares de pessoas com deficiência, aqui no Brasil, essas políticas foram e seguem adaptadas dentro de um pensamento neoliberal, com privilégio do mercado em detrimento do bem comum.

Compreende-se, para a discussão deste artigo, o neoliberalismo não apenas como política econômica, mas como dispositivo de reorganização do papel do Estado, redefinindo direitos sociais como serviços e transformação dos sujeitos em prestadores a serviço do capital.

Segundo Orlando et al. (2025, p. 9), esse modelo configura-se como “[...] uma estratégia de desmonte do Estado de bem-estar social, deslocando a responsabilidade pela oferta de serviços essenciais, como a educação, para o setor privado”. Essa lógica acaba refletindo os interesses das classes dominantes em transformar a educação, com ação precípua de ser

direito de todos, em mercadoria, enfraquecendo, assim, a ideia da escola como um espaço coletivo, transformador e inclusivo.

Orlando et al. fizeram uma análise recente entre os anos de 2016 a 2023 e indicaram a presença do neoliberalismo nas políticas públicas brasileiras como um marco de disputas nos âmbitos político, social e econômico, afinal “[...] projetos educacionais são conservadores e aprofundam a privatização da educação” (Orlando et al., 2025, p. 1). Além disso, as autoras indicam como ideais neoliberais corroboram para o papel social da escola esvaziada de significado, pois passa a ser vista como espaço de formação voltado somente para o mercado. Essa lógica acaba excluindo os indivíduos com deficiência por não se encaixarem num modelo padrão de estudantes caracterizados ou vistos como produtivos, aumentando ainda mais as desigualdades e perpetuando exclusões (Orlando et al. 2025).

Ao perceber o conjunto de intencionalidades na produção e manutenção dessas desigualdades, inspiram o (re)pensar do campo teórico da educação especial, as contribuições de Santos (2018), por representarem o início de um diálogo importante acerca da percepção crítica de uma dada realidade. Nesse sentido, em sua obra “Por uma outra globalização” o autor nos faz refletir sobre a globalização a partir de três mundos em um só, a saber: “[...] o primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização” (Santos, 2018, p. 9).

Embora sem o aprofundamento requerido pelas discussões provocadas por Santos (2018) apresentamos reflexões advindas das aproximações iniciais com as proposições do autor. Nesse sentido, estabelecemos paralelos com os três mundos, como doravante discutido, pois acreditamos nas possibilidades de

utilização dessa “outra globalização” como ferramenta para a análise educacional.

No campo da educação, I. a ideia de fábula, pode se relacionar com a educação inclusiva, sob a perspectiva de confronto ao garantido nos documentos oficiais e as condições de implementação da proposta de inclusão de estudantes com deficiência no cenário brasileiro. Do ponto de vista legal, os documentos oficiais garantem o direito de todos à educação, compreendido além das condições de acesso pela permanência no ambiente educacional, com aprendizagem e sucesso escolar independentemente das especificidades dos estudantes, sob o discurso de inclusão universal. Contudo, na prática, o aporte legal não se concretiza completamente, pois na garantia dos direitos, dentre outros fatores, faltam recursos, acessibilidade, profissionais preparados e mais investimentos para/na superação de barreiras atitudinais, a invisibilização das desigualdades estruturais.

Especificamente sobre a formação docente, por exemplo, são evidentes as fragilidades em investimentos para/no apoio aos professores das classes comuns de ensino.

Nesse sentido, dentre as tensões que se colocam como barreira para alcançar o sucesso desses estudantes, destacam-se as queixas do professor regente das diversas áreas do conhecimento do currículo da educação básica, diante da crescente demanda de matrículas de alunos do PAEE na escola comum. Tais queixas evidenciam a precariedade da formação dos profissionais em atender essa demanda, reflexo de uma escassa política de formação de professores no contexto da Educação Especial no Brasil. (Borges & Torres, 2020, p. 156).

Há, portanto, uma divergência entre o posto em lei e o assegurado aos estudantes com deficiência nas relações práticas cotidianas, evidenciando a inclusão, nos moldes aqui discutidos, como uma fábula. Turmas numerosas, falta de estrutura física, lacunas na

formação inicial e continuada, ausência e/ou pouca articulação com setores especializados no acompanhamento de estudantes com deficiência, ilustram a recorrência do tema e relevância deste artigo, tendo em vista as reflexões pretendidas.

Ao versar acerca da II. globalização como perversidade, Santos (2018) oportuniza entender a perspectiva de exclusão de estudantes com deficiência, pois as políticas públicas voltadas para educação são orientadas e/ou reformuladas sob interesses do mercado, nas quais se prioriza o indivíduo produtivo, a ideia do estudante ideal, e exclui aquele a não se encaixar no padrão competitivo. Portanto, o estudante com deficiência não é excluído por incapacidade, mas por inadequação ao modelo produtivo. Desse modo:

Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social. (SANTOS, 2000, p. 19).

O autor faz uma crítica ao modelo neoliberal de desresponsabilização do Estado na assunção de suas funções para/na garantia de direitos sociais, neste caso, a educação, e a transferência para lógica do mercado perversa, competitiva e excludente.

Diante das disputas econômicas, as instituições privadas de direcionamento da educação especial no Brasil, promovem a educação inclusiva como uma solução para “todos os problemas da educação”, apresentando-a como uma alternativa mais econômica para o Estado. No entanto, esse tipo de estratégia, utilizada pelas grandes instituições, não leva em consideração a precarização do trabalho docente, a falta de estrutura escolar e de material dentro das escolas. Descentra-se a responsabilidade estatal para o discurso da “educação inclusiva” como

suficiente para consecução de uma educação de qualidade, todavia não se acompanha a implementação para garantia plena dos direitos dos estudantes.

Discutir o combate às desigualdades criadas pela globalização perversa, encaminha-nos a refletir sobre como “[...] podemos pensar na construção de um novo mundo, mediante uma globalização mais humana.” (Santos, 2018, p. 10). Identificamos, portanto, a superação do fatalismo nas ideias de Santos (2018) ao propor III. uma outra globalização, isto é, uma globalização sustentada na solidariedade e na justiça social, na qual grupos minoritários tenham as mesmas oportunidades a uma educação de qualidade, o acesso aos seus direitos, dentre outros aspectos para combater a desigualdade social presente no mundo.

A convivência com estudantes com e sem deficiência, supomos, indica um caminho importante para a compreensão sobre a heterogeneidade inerente à constituição humana, como também da busca pela solidariedade apresentada por Santos (2018). O desafio está em reconhecermos as condições concretas de cada realidade educacional para não particularizar aspectos da educação geral como de responsabilidade da chegada dos estudantes com deficiência (Soares, 2020).

Nesse sentido e, ao considerar agendas globais de desenvolvimento, especificamente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) explicitados na Agenda 2030 (ONU, 2015), principalmente a ODS 4, este artigo ratifica como a meta de “educação de qualidade” pode ser esvaziada por uma lógica mercadológica em detrimento dos direitos humanos. O enfrentamento à “globalização perversa”, como apresentado por Santos (2018), revela-se como possibilidade para materializar o princípio de “não deixar ninguém para trás” em práticas e instituições verdadeiramente inclusivas.

O combate às desigualdades e discriminação às pessoas com deficiência, atrevemo-nos a dizer, deve ser conteúdo diário de estudiosos e interessados no campo da educação, porque incontestemente é tarefa de todos os comprometidos com processos de escolarização de quaisquer estudantes, visando, principalmente, o desenvolvimento de pesquisas implicadas com a formação cidadã. Condições de trabalho, formação docente, abordagens multidisciplinares para o apoio à inclusão, dentre outros aspectos devem, portanto, pautar as lutas pela concretização dos mecanismos legais vigentes.

A discussão sobre uma outra globalização e reflexões advindas desta seção despertam nosso interesse por compreender como a educação especial foi/é interpretada à luz do neoliberalismo, tendo em vista as produções teóricas no campo acadêmico brasileiro. Assim, a próxima seção objetiva apresentar esta discussão, com base nos procedimentos metodológicos adotados para este artigo.

## Adensando as discussões à luz do levantamento na BDTD: principais resultados

Nesta seção apresentamos a metodologia adotada na construção do presente estudo, bem como seus principais resultados e análise. O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa de levantamento bibliográfico. Segundo Gil (2021), a revisão de literatura permite realizar uma análise do material já conhecido, no tocante às teses e às dissertações, em sua maioria constituídas de relatórios de investigação científicas originais ou cuidadosas revisões bibliográficas.

Para realização do levantamento utilizamos a BDTD, por oferecer um vasto acervo de pesquisas científicas produzidas no Brasil. Como recorte teórico utilizamos a discussão das produções acerca das

políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva à luz das contribuições do neoliberalismo, com o intuito de situar o objeto deste estudo e aprofundar a discussão das suas contribuições na perspectiva de análise deste artigo.

Como linha temporal, utilizamos o período de 2020 a 2025, tendo em vista a assinatura do decreto n. 10.505/2020 da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, durante o governo Michel Temer (Brasil, 2020). Embora revogado na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mediante o Decreto 11.370/2023 (Brasil, 2023), o documento traduz o espectro de ações ensejadas nesse marco temporal e seus rebatimentos para o período subsequente.

Para identificação dos trabalhos sobre políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva à luz das contribuições sobre o neoliberalismo e suas interferências em contextos de investigação educacionais, foram utilizados os descritores: educação especial; inclusão; deficiência, neoliberalismo e políticas públicas, sendo localizados 23 estudos. A seleção das teses e/ou dissertações não se limitou apenas à presença dos descritores, mas consideramos, principalmente, a aderência destes ao artigo, a compreensão das políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva sob a crítica do neoliberalismo. Assim, priorizamos estudos com articulação entre política educacional, a inclusão escolar e o papel do Estado.

Com base nesses critérios de análise, foi possível identificar que, no universo total de 23 estudos, 15 não têm relação com o tema de nosso interesse, embora tenham alguma associação com ao menos um dos descritores utilizados na busca. Do total de estudos, apenas oito estão relacionados com todos os descritores analisados, e coadunam com o tema deste artigo, os quais estão explicitados no quadro do seguimento.

Consideramos, então, a leitura da totalidade dos oito estudos como condição para o compartilhamento doravante apresentado. Destes, um trabalho apresenta-se embargado<sup>1</sup> pela autora e, embora relacionado ao tema de interesse deste estudo, não teve sua tese analisada, face ao impedimento informado no próprio site da BDTD. O estudo é o de Melo (2023), o qual discute sobre “A nova Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio: dilemas e perspectivas nas políticas de inclusão na rede federal de ensino”.

**Quadro 1** – Trabalhos sobre políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva à luz das contribuições sobre o neoliberalismo (2020-2025)

TÍTULO/AUTOR(A)/ANO/ TIPO	OBJETIVO	METODOLOGIA	CONTRIBUIÇÕES
<i>Lei Brasileira de Inclusão: a (des)configuração dos profissionais de apoio escolar nas políticas de educação especial</i> <b>Autor(a):</b> Flávia Junqueira da Silva <b>Ano:</b> 2024 <b>Tese</b>	Analisar como os enunciados da LBI se desdobram sobre as políticas de educação especial relacionados com o serviço dos Profissionais de Apoio Escolar, de 2016 a 2022, na perspectiva do Estado neoliberal, em secretarias municipais de educação.	Metodologia de cunho qualitativo, analítica-documental. Caracterizou-se como pesquisa pós-crítica, com fundamentação teórica na análise de discurso de Foucault, na vertente do método genealógico.	Dos municípios pesquisados, os documentos que norteiam o serviço de Profissionais de Apoio Escolar, apresentam influência do discurso neoliberal na atuação dos profissionais, sobretudo naquilo que poderia ser mais eficiente e eficaz na questão econômica para a manutenção desse serviço na rede de educação básica: mantendo um profissional realizando a função de dois. A pesquisa aponta que o discurso neoliberal alimenta as políticas de educação inclusiva, precarizando a profissão docente.
<i>A Política de Educação Especial Em Venda Nova do Imigrante – Es No Contexto da Educação Infantil: Desafios e Possibilidades</i> <b>Autor(a):</b> Cinthia do Carmo Gonçalves <b>Ano:</b> 2024 <b>Dissertação</b>	Desvelar e problematizar o processo de implementação das políticas públicas de educação especial em uma escola pública de educação infantil no município de Venda Nova do Imigrante – ES	A pesquisa se caracteriza como qualitativa, do tipo estudo de caso. Para coleta de dados foi utilizado o levantamento bibliográfico, consulta documental e entrevista semiestruturada.	Os resultados mostram que o município pesquisado tem se esforçado para estabelecer uma educação inclusiva de qualidade, no entanto a falta de comunicação intersetorial e a evidente presença do neoliberalismo na organização dos documentos municipais, têm dificultado o trabalho. Assim, é preciso refletir, reorganizar e promover uma proposta de formação continuada, bem como a melhoria na articulação intersetorial e a autonomia das escolas.
<i>Retratos da vida danificada: contexto, cultura e cotidiano na trajetória escolar de pessoas com deficiência.</i> <b>Autor(a):</b> Carolina Mariane Miguel <b>Ano:</b> 2022 <b>Tese</b>	Compreender como tem se dado a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, com base nas políticas públicas educacionais se avançam ou regridem, no Brasil em específico, durante os últimos 25 anos.	A metodologia utilizada na pesquisa foi baseada na dialética negativa como método de análise, fundamentada na Teoria Crítica de Frankfurt. A investigação teve caráter qualitativo e empírico.	Segundo estudos, apesar dos avanços, a educação inclusiva no Brasil ainda é marcada por estereótipos e pela lógica neoliberal, que invisibiliza e marginaliza pessoas com deficiência. Sob governos conservadores, houve retrocessos e fortalecimento de discursos segregadores. Defende que a escola deve promover uma educação humanizadora e emancipatória, capaz de enfrentar a exclusão estrutural da sociedade.
<i>Ensino de Ciências: o Processo de Ensino-Aprendizagem de alunos Surdos a Poluição dos Igarapés da cidade de Manaus.</i> <b>Autora:</b> Carla Andréa Sampaio Mendonça <b>Ano:</b> 2020 <b>Dissertação</b>	Analisar o processo de ensino e o processo de construção de conhecimento de alunos Surdos do 7º ano do Ensino Fundamental a respeito da poluição dos igarapés da cidade de Manaus a fim de, dentre outros aspectos, obter subsídios para a elaboração de uma sequência didática capaz de otimizar as qualidades educativas desses alunos, através da linguagem científica em Libras.	A pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, tendo como principais técnicas para a coleta de dados, as entrevistas estruturadas e semiestruturadas realizadas com o professor e a observação participante. A autora utilizou como método de abordagem a dialética.	O estudo identificou que os discursos e concepções dos professores sobre ensino de ciências e educação ambiental influenciam diretamente suas práticas pedagógicas. Apesar de avanços legais no reconhecimento da Libras, ainda persistem problemas que precarizam o trabalho, como a falta de material e formação docente adequados, problemas estes normalmente provindos da reestruturação produtiva no neoliberalismo.
<i>Política de educação bilíngue para surdos em Recife/PE: concepções e práticas</i> <b>Autor:</b> Leonardo da Silva Santos	Compreender como está estruturada a política de educação bilíngue para surdos em Recife, considerando a legislação vigente, a atuação de diversos segmentos	O estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, com análise documental e entrevistas com profissionais da educação, gestores e sujeitos atuantes na	O estudo aprofunda o debate sobre a educação especial no contexto das políticas atuais, demonstrando que apesar dos avanços legais na garantia da educação bilíngue para surdos, sua implementação no município ainda é frágil, devido a

<sup>1</sup> Trabalhos embargados, em sua maioria, podem ocorrer devido a restrição do trabalho para publicação de artigos em revistas, por conter temas sensíveis, possível patente ou por conter questões na obra cuja divulgação pode ser prejudicial para os direitos ou interesses do autor.

Ano:2025 Dissertação	envolvidos e as estratégias adotadas no plano municipal.	educação de surdos.	ausência de formação docente, material de apoio e articulação entre as instâncias administrativas. Ele discute, também, sob a influência neoliberal, abordando tensões da agenda neoliberal, podendo haver riscos de retrocesso nas políticas públicas voltadas à inclusão, o que pode enfraquecer as práticas da educação verdadeiramente inclusiva
<i>O desenho universal para a aprendizagem em tempos de escolas neoliberais: contribuições para uma educação inclusiva</i> Autora: Rosane Santos Gueudeville Ano: 2024 Tese	Possibilitar o uso dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem em contextos educacionais “fechados” visando o favorecimento de práticas pedagógicas inclusivas.	Pesquisa colaborativa realizada em uma escola regular da cidade de Crato-CE. Realizada com 05 professores da sala comum e 02 da Sala de Recursos Multifuncionais, através de entrevista semiestruturada, diário de campo e observação em sala de aula.	O estudo indicou que as práticas pedagógicas continuam sendo pautadas na transmissão de conhecimento, sob uma concepção tecnicista. Analisando como o neoliberalismo influencia a organização escolar e as práticas pedagógicas, apresentando-o como parte do contexto das “escolas neoliberais”, que tendem a priorizar eficiência, competitividade e padronização, elementos que podem se tornar obstáculos para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.
<i>A escolarização de estudantes surdos e com deficiência auditiva na Pérola do Caparaó</i> Autora: Franceane de Paula Figueredo do Nascimento Ano: 2025 Dissertação	Desvelar e problematizar o processo de escolarização da educação de surdos e com deficiência auditiva no município de Guaçuí, Espírito Santo, à luz das normativas da Educação Especial na perspectiva inclusiva.	Abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, fundamentada na teoria histórico-cultural de Vigotski. Com pesquisa bibliográfica e documental, observação em sala de aula e no atendimento educacional especializado (AEE), além de entrevistas semiestruturadas com professores do AEE e da gestão escolar, coordenador municipal da educação especial e intérprete de Libras.	Os resultados revelam avanços institucionais, como a criação de políticas locais voltadas à inclusão e a elaboração de edital para contratação de instrutores de Libras, o que demonstra que há um esforço institucional em curso. Entretanto, persistem fragilidades com influência das diretrizes neoliberais que podem limitar a efetivação de políticas e práticas que garantem direitos e as especificidades de estudantes surdos e com deficiência auditiva.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os estudos analisados trazem contribuições significativas para compreender o impacto do neoliberalismo nas políticas e nas práticas educacionais brasileiras, especialmente no campo da educação especial e inclusiva. De maneira geral evidenciam, mesmo diante dos avanços em relação à educação inclusiva, forte condicionamento de uma lógica econômica de priorização da eficiência e redução de custos, em detrimento da qualidade da educação.

As pesquisas revelam a prevalência do neoliberalismo tanto na formulação de leis quanto na organização dos serviços, como no caso da precarização do trabalho docente, quando o

professor é orientado por critérios de produtividade e documentos curriculares condicionantes de sua prática nos pressupostos do mercado capitalista.

No cenário mundial, a educação inclusiva foi fortalecida a partir de marcos mundiais, como a Declaração de Salamanca (1994), promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ao mesmo tempo que ocorria a reforma educacional influenciada principalmente pelo Banco Mundial e a OCDE (Gueudeville, 2024). Nesse contexto, e a partir dos estudos analisados, podemos destacar como contribuem significativamente ao destacarem as tensões e práticas ainda vigentes no contexto

educacional. Estas pesquisas ampliam o debate internacional, reafirmando a educação especial como direito de todos.

Frente aos aspectos elucidados, é possível ponderar sobre a inclusão escolar de estudantes com deficiência, no Brasil, embora representada por significativos avanços, ainda relaciona-se a uma contradição política e estrutural. O neoliberalismo, ao influenciar discursos, legislações e práticas, não apenas limita o alcance das políticas inclusivas, mas também reforça estereótipos, marginalização e exclusão. As pesquisas, portanto, defendem a necessidade de uma educação humanizada, emancipatória e articulada com a realidade, sendo necessário (re)pensar a inclusão como processo de lutas e garantia de direitos para/na vida de pessoas com deficiência.

## Conclusão

Tornar realidade a educação especial, na perspectiva inclusiva, ainda é um grande desafio atualmente. Mesmo com as legislações acerca dos direitos das pessoas com deficiência, vivemos numa sociedade de obliteração de direitos. Permanecem diversos desafios e dificuldades no espaço escolar para se concretizar a inclusão desses indivíduos.

Ao retornarmos ao objetivo de discutir produções teóricas acerca de políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva à luz do neoliberalismo e de suas interferências em contextos de investigação educacionais, evidenciamos um cenário de lutas de poder. O acesso materializado por meio da matrícula de estudantes com deficiência é um passo importante, porém requer condições de sua permanência. Com base no estudo realizado, portanto, a inclusão é um processo árduo, travestido de uma trajetória de lutas, de desafios e de conquistas.

Outro ponto relevante para a discussão está relacionado à ideia da educação como unicamente responsável pelo processo de inclusão, como se as escolas fossem suficientes para isso. A sociedade, como um todo, precisa compreender e enxergar esses indivíduos como cidadãos de direitos, assim como qualquer outra pessoa.

As contribuições de Milton Santos (2018) partem da defesa de uma educação emancipatória, voltada para a construção de uma cidadania por meio da presença ativa dos sujeitos, com seus direitos garantidos. Considera-se também a valorização da realidade dos estudantes como ponto de partida para a transformação social, uma educação de estímulo ao pensamento crítico do sujeito, cuja centralidade está no reconhecimento da diversidade para/no combate à exclusão.

A analogia, inspirada nas contribuições de Santos (2018) e realizada na segunda seção deste artigo, indica a possibilidade de pensarmos em outra globalização. Adiantamos ser esta uma aspiração constituída por muitas lutas, haja vista as intencionalidades postas pelo neoliberalismo na construção embrionária da educação especial no Brasil. A perspectiva inclusiva é entremeada por fins mercadológicos e, embora reconhecidos seus objetivos, subjazem análises no campo das políticas públicas e formas de remodelamento de suas principais intencionalidades conforme características dos estudos realizados.

Este artigo realça a relevância de desenvolver e de ampliar estudos sobre a temática, pois o combate à exclusão não se constitui fora da sociedade e das relações construídas. Superar a inclusão como fábula subjaz reconhecer a perversidade das práticas excludentes e o esforço contínuo para valorização das diferenças em nossas práticas cotidianas.

É possível identificar relevantes contribuições,

especialmente se consideradas as condições para/na inclusão de estudantes com deficiência no cenário educacional brasileiro. São evidentes as possibilidades de ampliação do estudo, bem como sua inserção no campo teórico e metodológico da educação especial.

## Referências

- Alves-Mazzotti, A. J. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 36 (129), 637-651. [www.educa.fcc.org.br/pdf/cp/v36n129/v36n129a07.pdf](http://www.educa.fcc.org.br/pdf/cp/v36n129/v36n129a07.pdf)
- Araújo, E. C. do C., Soares, M. T. N. (2021). O Currículo Escolar (des)velado no campo da Educação Especial: Reflexões para o ensino em turmas comuns. *Revista de Casos e Consultoria*, 12(1), e24440. <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/24440>
- Araújo, E. C. do C.; Soares, M. T. N. (2023). Expectativas familiares sobre a inclusão de estudantes com deficiência: Interfaces com o currículo escolar. *Research, Society and Development*, 12(9), e5212943240. doi: [10.33448/rsd-v12i9.43240](https://doi.org/10.33448/rsd-v12i9.43240)
- Borges, A. A. P.; Torres, J. P. (2020) Educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil: análise da influência internacional no contexto local. *Currículo sem Fronteiras*, 20(1), 119-139. doi: [10.35786/1645-1384.v20.n1.9](https://doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n1.9)
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)
- Brasil. (1996) Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)
- Brasil. (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>
- Brasil. (2012) Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)
- Brasil. (2015) Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)
- Brasil. (2020) Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm)
- Brasil. (2020) Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023. Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm)
- Brasil. (2025) Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12686-20-outubro-2025-798166-publicacaooriginal-176779-pe.html>
- Ferreira, M. E. C.; Guimarães, M. (2003) Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A.
- Ferreira; T.; Soares, M. T. N. A. (2021). A theoretical discussion about curriculum and disability: Implications for teaching conceptions and practices. *Research, Society and Development*, 10(5). doi: [10.33448/rsd-v10i5.15041](https://doi.org/10.33448/rsd-v10i5.15041)

- Figueira, E. (2008) *Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil*. São Paulo: Giz.
- Gil, A. C. (2021) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7.ed. São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, C. do C. (2024) *A política de Educação Especial de Venda Nova do Imigrante – Es no contexto da educação infantil: Desafios e Possibilidades [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]*. Repositório Institucional UFES. <https://repositorio.ufes.br/items/db9eb28f-8051-4bf1-8423-8c3c848c634b>
- Gueudeville, R. S. (2024) *O desenho universal para a aprendizagem em tempos de escolas neoliberais: contribuições para uma educação inclusiva*. [Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/61240>
- Jannuzzi, G. S. de M. (2006). *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, (Coleção educação contemporânea).
- Melo, L. C. B de. (2023) *A nova Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio: dilemas e perspectivas nas políticas de inclusão na rede federal de ensino*. [Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Amazonas]. Repositório Institucional UFAM. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9790>
- Mendonça, C. A. S. (2020) *Ensino de Ciências: o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos a poluição dos igarapés da cidade de Manaus*. [Dissertação de Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia, Universidade do Estado do Amazonas]. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEA\\_94c455ed82e46f52b09f4b3a51cf2fe9](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEA_94c455ed82e46f52b09f4b3a51cf2fe9)
- Miguel, C. M. (2022). *Retratos da vida danificada: contexto, cultura e cotidiano na trajetória escolar de pessoas com deficiência*. [Tese de doutorado em Educação, Universidade Nove de Julho] Repositório Institucional UNINOVE. <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/3065>
- Nascimento, F. de P. F. do. (2025). *A escolarização de estudantes surdos e com deficiência auditiva na Pérola do Caparaó*. [Dissertação de mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, Universidade Federal do Espírito Santo] Repositório Institucional UFES. <https://repositorio.ufes.br/items/661ed144-67ac-4dc2-b989-2c990f6accab>
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 4 Educação de Qualidade: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos*. Brasil: ONUBR. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>
- Orlando, R. M. et al. (2025) *Política de educação especial no Brasil: disputas e conservadorismo*. *Cadernos CEDES*, 45. doi: [10.1590/CC292722](https://doi.org/10.1590/CC292722)
- Santos, L. da S. (2025) *Política de educação bilíngue para surdos em Recife/PE: concepções e práticas*. [Dissertação de mestrado em Educação, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório Institucional UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/67655>
- Santos, M. (2018). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15ª ed – Rio de Janeiro: Record.
- Silva, F. J. da. (2024) *Lei Brasileira de Inclusão: A (des)configuração dos profissionais de apoio escolar nas políticas de Educação Especial*. [Tese de doutorado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional UFU. doi: [10.14393/ufu.te.2024.282](https://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.282)
- Soares, M. T. N. (2020) *Sobre (in)visibilidades no currículo*

escolar: a zona flutuante da escolarização de estudantes com deficiência. Curitiba: CRV.

## Agradecimentos

O presente estudo foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

## Sobre as Autoras

### VANESSA DA ROCHA SILVA REIS

 <https://orcid.org/0009-0003-1502-0629>


Mestranda em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Integra o Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Bolsista Fapesb. Pesquisa temáticas relacionadas à Educação Especial e Inclusiva.

 nessarreis9@gmail.com


### EVA CRISTINA DO CARMO ARAÚJO

 <https://orcid.org/0000-0003-3730-6532>


Mestranda em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora da educação pública do município de Biritinga. Integra o Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Pesquisa temáticas relacionadas à Educação Especial e Inclusiva.

 evacristina2110@gmail.com

### TAINARA DA SILVA FERREIRA

 <https://orcid.org/0000-0001-6205-6817>

Mestranda em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Docente da educação pública do município de Serrinha- BA. Integra o Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Pesquisa temáticas relacionadas à Educação Especial e Inclusiva.


 thaysilva296@gmail.com

### MARCIA TORRES NERI SOARES

 <https://orcid.org/0000-0001-5453-7872>

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Titular do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) *Campus XI*, Serrinha-BA; professora permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) e professora aposentada da educação pública municipal de Feira de Santana-BA. Integra o Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS).

Pesquisa temáticas relacionadas ao Currículo Escolar; Educação Especial e Inclusiva.

 mtsoares@uneb.br

## OPEN ACCESS

### REVISTA INTERNACIONAL EDUCON

PREFIXO DOI 10.47764 · ISSN 2675-6722 · Qualis (2021-2024): A4

<https://grupoeducon.com/revista>

### GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (EDUCON/CNPQ/UFS)

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

### EDITORA-CHEFE

Profa. Dra. Veleida Anahi Capua da Silva Charlot 

### EDITOR CIENTÍFICO

Prof. Dr. Yan Capua Charlot 

### EDITOR HONORÁRIO

(*in memoriam*)

Prof. Dr. Bernard Charlot 

### COMO CITAR · APA

Reis, V. d. R. S., Araújo, E. C. d. C., Ferreira, T. d. S. & Soares, M. T. N. Políticas Públicas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Intencionalidades no Contexto Neoliberal. *Revista Internacional Educon* (2026) 7(1): 2026.e01.1671. doi: [10.47764/2026.e01.1671](https://doi.org/10.47764/2026.e01.1671)

**COMO CITAR - ABNT**

REIS, Vanessa da Rocha Silva; ARAÚJO, Eva Cristina do Carmo; FERREIRA, Tainara da Silva; SOARES, Marcia Torres Neri. Políticas Públicas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Intencionalidades no Contexto Neoliberal. *Revista Internacional Educon*. v. 7, n. 1, 2026.e01.1671, jan./abr. 2026. doi: [10.47764/2026.e01.1671](https://doi.org/10.47764/2026.e01.1671)

**COPYRIGHT © 2026** Autores. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença **Creative Commons Attribution (CC BY)**. O uso, distribuição ou reprodução em outros fóruns é permitido, desde que o(s) autor(es) original(is) e o(s) proprietário(s) dos direitos autorais sejam creditados e que a publicação original nesta revista seja citada, de acordo com a prática acadêmica aceita. Não é permitido nenhum uso, distribuição ou reprodução que não esteja em conformidade com esses termos.

**HISTÓRICO EDITORIAL**

**Submissão recebida** 14/01/2026 19:55

**Avaliação enviada – Avaliador 1** 25/01/2026 11:50

**Avaliação enviada – Avaliador 2** 25/01/2026 14:53

**Revisões solicitadas** 22/02/2026 13:01

**Correção enviada pelo autor** 07/03/2026 19:40

**Decisão editorial - Aceito** 14/03/2026 03:15

